

Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA FORNECER HOSPEDAGEM INDIVIDUAL E MARMITEX (PRATO FEITO)

### **PREÂMBULO**

PROCESSO N° 57/2023

**INEXIGIBILIDADE N° 032/2023** 

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2023

CREDENCIAMENTO Nº 03/2023

OBJETO: Chamada pública para credenciamento para contratação de empresa ou pessoa física para fornecer hospedagem individual e marmitex (prato feito), conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Preço Fixado

DATA DA REALIZAÇÃO: permanente por 12 meses

LOCAL: Praça São Sebastião, nº 37, bairro Centro, cidade de São Sebastião do Rio Preto, das 08h00min. às 12h00min e de 13h00min às 17h00min

HABILITAÇÃO: Nos termos do § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/21 e considerando a realização em forma eletrônica, em honra ao Princípio da Eficiência Administrativa, os documentos de habilitação deverão ser apresentados juntamente com as propostas de preços.

MODO DE DISPUTA: Contratação simultânea em condição padronizada

ESCLARECIMENTOS: Telefones: (31) 3867-5126 - Horário de funcionamento: 08h00min. às 12h00min e de 13h00min às 17h00min e pelo portal transparência http://saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br/transparenciamunicipal/licitacoes/lista

BASE LEGAL: Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021)



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

O Prefeito do Município de São Sebastião do Rio Preto – MG, Sr. Sebastião Expedito Quintão de Almeida, no uso de suas atribuições, torna público que se acha aberta, nesta unidade, <u>CHAMADA PÚBLICA</u> para <u>CREDENCIAMENTO</u> de profissionais/empresas para <u>Chamada pública para Credenciamento para contratação de empresa ou pessoa física para fornecer hospedagem individual e marmitex (prato feito), conforme as condições estabelecidas neste <u>Edital e nos seus Anexos</u>, que será regida pela Lei Federal nº14.133 de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.</u>

#### 1. DO OBJETO

- O presente Credenciamento tem por objeto a Chamada pública para Credenciamento para contratação de empresa ou pessoa física para fornecer hospedagem individual e marmitex (prato feito), conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.
- 1.1 O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site www.saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br, ou através do email: <a href="mailto:licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br">licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br</a> maiores informações também podem ser solicitadas, no horário comercial, junto ao setor de licitações, através do telefone: (31) 3867-5126.

#### 2. FINALIDADE

2.1 O presente credenciamento tem por finalidade atender a demanda do município de forma exclusiva e excepcional, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de administração restringindo-se as especialidades/procedimentos relacionadas nos anexos.

### 3. DA FORMA DE ATENDIMENTO

3.1 - O CREDENCIADO deverá atender a necessidade da administração de acordo com as possiblidades levantadas.

### 4. DO VALOR E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 4.1 Os valores dos serviços objeto deste credenciamento estão estabelecidos no ANEXO I, que é parte integrante do presente Edital e do contrato a ser celebrado.
- 4.2 Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria deste Município, na conta do credenciado, a partir do 20° (vigésimo) dia do mês subsequente ao do atendimento.
- 4.2.1 O credenciado encaminhará ao Município até 02 (dois) dias após solicitação via e-mail, os seguintes documentos: Nota Fiscal/RPA e as respectivas certidões: prova de regularidade com a Seguridade Social INSS; prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

### 5. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

5.1 - Poderão participar do presente credenciamento pessoas Físicas/Jurídicas legalmente constituídas e habilitadas, com regularidade jurídica, técnica, fiscal, social, e trabalhista, econômico-financeiro, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital de Credenciamento, aceitando as normas estabelecidas pelo Município.

- 5.1.1 É de responsabilidade exclusiva e integral da pessoa jurídica credenciada a utilização de pessoal para execução do objeto da contratação, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município.
- 5.1.2 É vedada participação de Pessoa Jurídica na qual, dentre seus dirigentes responsáveis técnicos ou legais, bem como dentre eventuais subcontratados, fique ocupante de cargo ou de emprego público na Administração direta ou indireta do Município.
- 5.2 Os participantes deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, em cópias autenticadas em tabelionato ou cópias não autenticadas, que deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação.

### 5.2.1 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

### 5.2.1.1 - Habilitação jurídica:

- I Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- II Registro comercial, no caso de empresa individual e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o serviço licitado;
- III Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da Ata de eleição e sua atual administração, registrados e publicados, e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado;
- IV Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- VI Documento com CPF e Identidade dos Sócios, conforme contrato social.
- VII Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso
- VIII CPF, RG e comprovante de endereço do Profissional
- IX declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VIII);
- X declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (**Anexo IX**);

### 5.2.1.2 – Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- I a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

- III a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### 5.2.1.3 - Habilitação Econômico-financeira

- I balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### 5.2.1.4 – Qualificação Técnica (Quando solicitado)

- I registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- III Cópia simples do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão do curso de nível superior em Medicina concluído em instituição de ensino reconhecida pelos sistemas federal ou estaduais de ensino e devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina CRM (frente/verso);
- IV declaração de Disponibilidade de Atendimento (Anexo IV);
- V termo de Adesão (Anexo V);
- VI relação de Profissionais, caso for pessoa jurídica (Anexo VI);
- VII declaração de Atendimento as Normas da ANVISA (Anexo VII);
- VIII 02 anos de experiência mínima em psicologia e trabalho na área de educação;

#### 5.2.1.5 - Documentos Pessoa Física:

- I Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF;
- II Certidão Negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, junto à Receita Federal do Brasile à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através da apresentação da Certidão de Débitos relativosa Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III Certidão Negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, junto a Fazenda Estadual da sededa licitante.
- IV Certidão Negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, junto a Fazenda Municipal da sede da licitante.
- V Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- VI Atestado de Capacidade Técnica
- 5.2.2 Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento, resguardada a hipótese e comprovada através do ANEXO VIII de tratar-se de micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da última data prevista para abertura dos envelopes, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação.

### 6. - DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

- 6.1 Os proponentes, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.
- 6.2 A contratação somente se efetivará após o cumprimento dos critérios estabelecidos neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO, definidos pela secretária municipal de Educação de acordo com as necessidades da mesma.
- 6.3 Será considerada habilitada a empresa e/ou pessoa física que apresentar toda a documentação em conformidade com o estipulado no presente edital.
- 6.4 O quantitativo previsto neste Edital é meramente estimativo, podendo o CONTRATANTE requisitar os serviços em quantidade inferior ou superior ao estabelecido nas Planilhas constantes dos Anexos ao Edital, de acordo com a demanda dos usuários da rede.
- 6.5 É vedado:

A cobrança de qualquer natureza dos pacientes atendidos pelos credenciados.

### 7. - DA CONVOCAÇÃO

- 7.1 Os documentos serão entregues dentro de um envelope devidamente identificado, externamente, endereçado ao Município Processo Licitatório nº. 057/2023, Inexigibilidade nº. 032/2023 Chamamento Público nº. 03/2023 Credenciamento nº. 03/2023, no horário de 08h00min as 16h00min, em sua sede, situada na Praça São Sebastião, 37, Centro, São Sebastião do Rio Preto MG, a partir do dia 05 de abril de 2023
- 7.2 O Município convocará o candidato selecionado, através de comunicação direta ou e-mail para assinatura do contrato, a partir dos critérios aqui estabelecidos.
- 7.3 Os credenciados serão convocados, para no prazo de 05 (cinco) dias assinarem o contrato.
- 7.4 O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 8.3, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital, tornando ineficazes os atos até então praticados pela empresa e impossibilitando futura contratação fundamentada na Pré-qualificação realizada através do presente Credenciamento.
- 7.5 O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 05 dias após a homologação do credenciamento e será afixado em local próprio no saguão da sede da Prefeitura.
- 7.6 É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.
- 7.7 Os critérios de convocação serão:
- I ordem cronológica do credenciamento
- II disponibilidade para atendimento conforme estipulado

#### 8. - DO PRAZO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

8.1 - O prazo de contratação dos serviços será de até 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

### 9. - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2023, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato, em caso de necessidade de prorrogação:

```
3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00037 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00038 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00202 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00203 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00400 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00401 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00435 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00436 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00479 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00480
```

## 10. - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 10.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (**Anexo III**) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.2 O prazo de contratação dos serviços será de até 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

### 11. - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 - Os atendimentos deverão ser realizados na sede da escola municipal Dona Maricota.

### 12. - DOS RECURSOS

12.1 - Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

### 13. - DOS PREÇOS PRATICADOS

13.1 - Os valores constantes dos anexos, foram elaborados mediante de pesquisa de preços junto a prestadores de serviços da região, assim sendo, os preços fixados neste Credenciamento foram ajustados, devido a real capacidade financeira deste Município, restando compatíveis para manutenção de compromisso futuramente assumido.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

### 14. - DOS ANEXOS

15.1- Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Declaração de Idoneidade

Anexo III- Minuta do Contrato

Anexo IV – Declaração de Disponibilidade de Atendimento

Anexo V – Termo de Adesão

Anexo VI – Relação de Profissionais

Anexo VII - Declaração de Atendimento ANVISA

Anexo VIII - Declaração de ME, EPP ou Equiparada

Anexo IX - Declaração de Fatos Impeditivos

Anexo X - Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7°, da Constituição Federal.

São Sebastião do Rio Preto, 03 de abril de 2023

Widyna Samanta Lourdes Ferreira Agente de Contratação



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

## TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

#### 1 – OBJETO

Credenciamento para contratação de empresa ou pessoa física para fornecer hospedagem individual e marmitex (prato feito), conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

## 2 – QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E VALOR DE REFERÊNCIA.

ite	Procedimento	Qtde	Valor unitário	Valor total
m			único aceitável	
01	Refeição acondicionada em	1.500	R\$20,00	R\$30.000,00
	marmitex de alumínio,			
	tamanho grande:			
	CONTENDO NO MÍNIMO 05			
	GUARNIÇÕES: ARROZ,			
	FEIJAO, MASSA,			
	CARNE BRANCA OU			
	VERMELHA DE			
	PRIMEIRA QUALIDADE,			
	VERDURA OU			
	LEGUME. PESO MINIMO			
	800 GRAMAS.			
02	HOSPEDAGEM INDIVIDUAL:	300	R\$108,00	R\$32.400,00
	PERNOITE COM DIREITO A			
	CAFÉ DA MANHÃ: EM			
	QUARTO SIMPLES, COM			
	NO			
	MÁXIMO 3 CAMAS,			
	QUARTO AREJADO E COM			
	VENTILADOR DE TETO com			
	Banheiro			
	Valor tot	al		R\$62.400,00

3 –



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

#### **JUSTIFICATIVA**

3 - O presente credenciamento visa atender a demanda do município de forma exclusiva e excepcional, para suprir as necessidades levantadas pela Secretaria Municipal de administração.

### 4-DO FUNDAMENTO LEGAL

O objeto que trata este Termo de referência e seu prosseguimento tem amparo legal na Lei Federal nº. 14.133/21. Este procedimento uma vez adjudicado seu objeto e homologado, decorrerá contrato administrativo a ser celebrado entre as partes.

### 5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento dos serviços são provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

- 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física 00037
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica 00038
- 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física 00202
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica 00203
- 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física 00400
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica 00401
- 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física 00435
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica 00436
- 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física 00479
- 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica 00480

### 6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Para participar, a empresa interessada deverá cumprir todos os requisitos exigidos no Edital;

## 7 – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 Para execução do item 1, marmitex (prato feito), deverá ser informado a empresa contratada a necessidade do item e a mesma terá até uma hora para entregar. Deve estar localizado no município.
- 7.2 No caso do item 2, faz-se necessário que hotel ou pousada esteja num raio de até 18km em relação a sede da prefeitura de forma atender com mais exatidão. Pois não justifica hospedagem acima dessa distância.
- 6 <u>DA QUANTIDADE MÍNIMA, MÁXIMA E DO PREÇO</u>



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

A quantidade mínima a ser cotada, bem como a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida é o constante no objeto

## 7 - PRAZO DE CONTRATAÇÃO

7.1 - O prazo de contratação dos serviços será de até 12 meses, que serão contados da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado de acordo com a Lei Federal 14.133/21.

## 8 – OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

### 8.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.1 Dar plena e eficaz execução ao serviço CONTRATADO, garantindo o máximo de segurança aos usuários da assistência do CONTRATANTE;
- 8.1.2 Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, que terá em vista impor rigorosa fiscalização da execução do presente ajuste;
- 8.1.3 Fornecer ao preposto credenciado do Contratante, mensalmente, o Mapa de Atendimento individual devidamente ratificado pela CONTRATADA, pelo Secretário de Saúde do Município onde o serviço será prestado;
- 8.1.4 Executar os serviços segundo as especificações e determinações técnicas aplicáveis, respondendo por sua qualidade;
- 8.1.5 Cientificar ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas necessárias a sua correção;
- 8.1.6 Assumir total responsabilidade, pela perfeição e qualidade do serviço CONTRATADO, assim como responder pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes da má execução dos serviços contratados;
- 8.1.7 Arcar com o pagamento de todas as obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas oriundas da execução dos serviços objeto do presente contrato, comprovando mensalmente ao Contratante, o respectivo pagamento.

## 8.2 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.2.1 Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, todos os elementos necessários à execução do serviço a ser prestado;
- 8.2.2 Fiscalizar a execução dos serviços contratados;
- 8.2.3 Impugnar, fundamentadamente, o mapa de atendimento de serviços prestados, indicando as divergências encontradas;
- 8.2.4 Efetuar nas datas aprazadas os pagamentos pelos serviços.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

#### 9 - PAGAMENTO

- 9.1 Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria deste Município na conta do credenciamento, a partir do 20° (vigésimo) dia do mês subsequente ao do atendimento;
- 9.1.1 O CONTRATADO deverá encaminhar ao Município até 02 (dois) dias após solicitação via email, os seguintes documentos: Nota Fiscal e as respectivas certidões: prova de regularidade com a Seguridade Social INSS; prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

### 10 - DOS PREÇOS PRATICADOS

10.1 - Os valores constantes dos anexos, foram elaborados mediante de pesquisa de preços junto a prestadores de serviços da região, assim sendo, os preços fixados neste Credenciamento foram ajustados, devido a real capacidade financeira deste Município, restando compatíveis para manutenção de compromisso futuramente assumido.

10.2 – O valor total da contratação constante do anexo I corresponde a importância de R\$ R\$62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)

Ilane Duarte Barbosa Secretário Municipal de Aministração

Widyna Samanta LourdesFerreira Comissão Permanente de Licitações Presidente



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO II DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A	empresa		,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
		, sediada r	ıa	, c	dade d	le		
estado	0,	telefone(s)			,	e-mail p	ara co	ntato
		, neste	ato representada pe	elo (a) Sr(a)		,	portado	or da
Carte	ira de Identidad	le nº	e do CPF n	0	., DEC	CLARA par	ra os dev	vidos
fins d	le direito, na qu	ialidade de soli	icitante de Credenci	amento par	a cont	ratação de	empres	a ou
pesso	a física para	fornecer hosp	edagem individual	e marmite	x (pra	to feito), o	conform	ie as
condi	ições estabeleci	das neste Edit	al e nos seus Anexos	, que não foi	declar	ado inidône	o para l	icitaı
ou co	ntratar com o P	oder Público, e	m qualquer de suas e	esferas, nem	sofreu	penalidades	previst	as na
Lei 1	4.133/21.							
Por se	er verdade, firm	o a presente.						
1 01 50	or vordado, iiriii	o a presente.						
				Τ.	1	de	da	
				L	)Cai,	de	de	•••••
		Assinati	ura ( representante le	gal da empre	sa)			



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº: XXX/XXXX

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

LICITAÇÃO: Pregão n.º XXX/XXXX – Processo n.º XXX/XXXX

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO, sediada na Praça São Sebastião, nº 37, Centro, em São Sebastião Do Rio Preto, Minas Gerais, CEP 35815-000, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 18.303.263/0001-35, representada neste ato pelo prefeito municipal, **SÉBASTIÃO** EXPEDITO QUINTÃO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João da Silva Maia, nº 170, Bairro Centro, em São Sebastião Do Rio Preto, Minas Gerais, CEP 35815-000, portador do RG n.º 3.452.384 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 517.080.196-34, doravante denominada CONTRATANTE e XXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ n° XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXX, sob o n° XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do Pregão nº XXX/XXXX, conforme consta do Processo Administrativo nº XXX/XXXX, firmam o presente contrato, obedecidas s disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo tem por objeto Chamada pública para Credenciamento para contratação de empresa ou pessoa física para fornecer hospedagem individual e marmitex (prato feito), conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.2 Itens: xxx.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO

2.1 Este contrato está vinculado ao edital de licitação nº XXX/XXXX e à proposta vencedora ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

### CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO E PREÇO

- 3.2. Ressalta-se que no preço cotado já estão incluídas as despesas e encargos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado.
- 3.3. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- I unilateralmente pela Administração:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
- II por acordo entre as partes:
- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 3.3.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias úteis.

## CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do objeto pela Contratante mediante apresentação e aceitação da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com as ordens de fornecimento/serviço, que deverão ser apresentadas junto ao Setor de Compras, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade da Prefeitura.

### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes no item 16 do edital, obrigase, ainda, a empresa vencedora a:
- 6.1.1 fornecer à CONTRATANTE, para seu controle, relatório que discrimine a quantidade e as datas de prestação de serviço.
- 6.2 A CONTRATANTE fará seu controle interno, mediante demonstrativos fornecidos pela CONTRATADA, dos serviços.

## CLÁUSULA SÉTIMA – PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

- 7.1 O regime jurídico dos contratos decorrentes deste edital confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:
- I modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- III fiscalizar sua execução;
- IV aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- V ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
- a) risco à prestação de serviços essenciais;
- b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- § 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- § 2º Na hipótese prevista no inciso I do **caput** deste item, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.
- 7.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das constantes dos arts. 115 a 123 da Lei federal n.º 14.133, as especificadas no Edital.
- 7.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;
- 7.4 Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 7.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 7.6 Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;
- 7.7 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

- 8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- § 1º É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- § 2º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.
- § 3º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- § 4º Nas contratações de obras, verificada a ocorrência do disposto no § 3º deste item por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.
- § 5º Os textos com as informações de que trata o § 4º deste artigo deverão ser elaborados pela Administração.
- 8.2 Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste item, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

- 8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta da Lei Federal 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição. § 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- § 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- § 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- § 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste item, deverão ser observadas as seguintes regras:
- I a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
- II a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
- 8.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 8.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 8.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 8.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- § 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.
- § 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- § 3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, poderá, entre outras medidas:
- I exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;
- II condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- III efetuar o depósito de valores em conta vinculada;



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

- IV em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- V estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.
- § 4º Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste item são absolutamente impenhoráveis.
- § 5º O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- 8.8 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.
- § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
- § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 8.9 A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.10 - O Objeto contratado terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA NONA - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

9.1 As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão pelas seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00037 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00038 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00202 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00203 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00400 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00401 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00435 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00436 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 00479 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 00480



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

### CÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO

- 10.1. Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 10.2. A extinção do contrato poderá ser:
- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HABILITAÇÃO

- 11.1 A CONTRATADA obriga-se, durante a execução do contrato, a manter-se compatível com as obrigações ora assumidas, ou seja, todas as condições de habilitação comprovadas na licitação que lhe corresponde, apresentando as certidões negativas referentes à regularidade I jurídica;
- I técnica; III fiscal, social e trabalhista; IV econômico-financeira, expedidas pelos órgãos competentes.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Fazem parte das obrigações da CONTRATADA as constantes no edital e seus anexos.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO E FORO

13.1 O presente instrumento decorreu das normas da Lei Federal nº 14.133/21 às quais se sujeitam as partes que o celebram, elegendo-se o FORO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, para as questões dele resultantes, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

São Sebastião do Rio Preto, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Sebastião Expedito Quintão de Almeida Prefeito Municipal

Partes

7	V	₹	7	v	4	V	₹	77	V	₹	7	₹	77	V	7	7	v	₹	7	V	7	Ζ.	v	7	V.	V	7	V.	V	7	יע	V	7	77	V	₹	77	V	7	Z.	V	7	$\mathbf{C}$	V.	V	7	Z
4	^	∠.	١.	Δ	1	Δ.	Δ	N,	Δ	7	L.	Δ	1	^	7	۱.	Δ	_	۱.	⅓		L.	Δ	1	1	Δ	1	L.	Δ	1	◣.	Δ		•	^	Δ	<b>\</b> .	Δ	. 2	L.	Δ	1	1	Δ.	Δ	~	•

Testemunhas:	 Testemunhas:	
CPF:	CPF:	



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO IV DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO

A	empresa		,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
		, sediada	na	(	cidade d	le		•••••
••••		, neste	ato representada p	elo (a) Sr(a)	)	,	portado	or da
de 1 enca	2H, que possui	condições ão realizados	solicitante de cadas de acordo com a 1 s conforme demanda	necessidade.	Declare	estar cien	ite de qu	ie os
Por	ser verdade, firmo	a presente.						
				I	Local,	de	de	•••••
		Assina	tura ( representante l	egal da empr	esa)			



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO V TERMO DE ADESÃO

A	empresa		,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
		, sediada na		, ci	dade de	·		,
estad	o,	telefone(s)			,	e-mail p	ara coi	ntato
		, neste ato	o representada pe	lo (a) Sr(a)		,	portado	or da
Carte	ira de Identida	de nº	e do C	PF nº	,	vem poi	r meio d	deste
instru	mento ADERII	R aos termos do	CREDENCIAME	NTO Nº. 00	2/2023,	do Muni	cípio de	São
Sebas	stião do Rio Pres	to/MG, para realiz	zação de <mark>Credenc</mark>	iamento par	a contr	atação de	empres	a ou
pesso	a física para	fornecer hosped	agem individual	e marmitex	(prate	o feito), o	conform	e as
cond	ições estabeleci	das neste Edital	l e nos seus Anex	kos, em conf	ormida	de com	o edital	l de
crede	nciamento e sei	us anexos. Compi	romete-se a cumpri	ir fielmente o	contrat	o e execut	ar os serv	viços
com (	zelo e presteza	essenciais ao bor	m atendimento.					

### RELACIONAR AS CONSULTAS/SERVIÇOS DE INTERESSE:

ite m	Procedimento	Qtde	Valor unitário único aceitável	Valor total
01	Refeição acondicionada em marmitex de alumínio, tamanho grande: CONTENDO NO MÍNIMO 05 GUARNIÇÕES: ARROZ, FEIJAO, MASSA, CARNE BRANCA OU VERMELHA DE PRIMEIRA QUALIDADE, VERDURA OU LEGUME. PESO MINIMO 800 GRAMAS.	1.500	R\$20,00	R\$30.000,00
02	HOSPEDAGEM INDIVIDUAL: PERNOITE COM DIREITO A CAFÉ DA MANHÃ: EM QUARTO SIMPLES, COM NO	300	R\$108,00	R\$32.400,00



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

MÁXIMO 3 CAMAS,		
QUARTO AREJADO E COM		
VENTILADOR DE TETO com		
Banheiro		
Valor to	R\$62.400,00	



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO VI RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE

NOME DO PROFISSIONAL	ESPECIALIDADE	CRM/MG
NOME DOTROTISSIONAL	LSI LCIALIDADE	CIGWIWIO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO VII DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

	_		,					
estad  Carte para	lo eira de Identidade os devidos fins ece e está de aco	telefone(s) neste at e nº a que se de	o representada pel e do CPF n stina, que para p legislação federal, e	o (a) Sr(a o leno func	, ), infr ionamen	e-mail pa a assinado, to, seu esta	ara con portado DECLA abelecim	ntato or da ARA nento
legal		tes, poderá faze	nte a execução do er a fiscalização do			-		_
		Por s	ser verdade, firmo a	presente.				
				I	∟ocal,	. de	de .	



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA

A empresa,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
, sediada na	, ci	dade de	·		,
estado, telefone(s)			_		
, neste ato representada pelo				_	
Carteira de Identidade nº e do CPF nº .				_	
Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do			_		
123/2006 e posterior, estando apta a usufruir do tratar			stabelecido	nos arts	s. 42
a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qu	ialificação c	como:			
( ) Microempresa, ME ou ( ) Empresa de Pequeno Porte, E	DD dofinid	o no ort			
( ) Microempresa, ME ou ( ) Empresa de Fequeño Forte, E	ırr, uemmu	a 110 art	•		
3° da Lei Complementar n.° 123/2006;					
( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, ter	ndo auferid	o, no a	no-calendá	írio ante	rior,
receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso	II do art. 3°	° da Lei	Complem	entar n°	123,
de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperad	os. (Assina	lar a co	ndição da e	empresa)	)
( ) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) do				-	
utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Con	-		-		-
regularização, estando ciente que, do contrário, decairá			•	-	-
às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21. (Obse	ervação: en	n caso	afirmativo	, assinal	ar a
ressalva acima)					
	Lo	ncal	de	de	
	Do	, cai,		40 .	•••••

Praça São Sebastião nº. 37 – Centro – Cep. 35 815.000 – São Sebastião do Rio Preto /MG Fone (31) 3867-5126 - e-mail – licitacao@saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO IX DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A	empresa		,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
		, sediada	na	, ci	idade de	e		,
		` '				-		
			e ato representada pe				-	
			e do CPF 1				-	
supe 002/ inide	rvenientes e impe 2022, do Municíp pneidade expedida	editivos para pio de São So a por Órgão o	quisitos de habilitação sua participação no pebastião do Rio Pretoda Administração Púbrar ocorrências posteri	rocesso licitat /MG e que nâ lica de qualqu	tório CF ăo pesa	REDENCIA contra si d	AMENT leclaraçã	O nº ío de
				Lo	ocal,	. de	de	•••••



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.303.263/0001-35

PROCESSO N° 57/2023 INEXIGIBILIDADE N° 032/2023 CHAMADA PÚBLICA N° 03/2023 CREDENCIAMENTO N° 03/2023

## ANEXO X DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A	empresa		,	inscrita	no	CNPJ	sob	n°
		, sediada	na	, ci	dade de	e		
			ato representada pe			-		
Carte dispe	eira de Identidado osto no inciso XX	e nº XXIII do art. 7	e do CPF nº da Constituição Fedo ou insalubre e não e	eral, que não e	, DECL emprega	ARA, pa a menor de	ara fins e 18 (dez	s do
Ress	alva: Emprega m	nenor, a partir	de 14 (quatorze) anos	s, na condição	de apro	endiz.		
				Lo	ocal,	. de	de	•••••